

REDE EQUIDADE

(Acordo de Cooperação Técnica nº 2021/0235)
4ª Reunião do Comitê Coordenador
2026

Data: 26/03/2026 (quinta-feira)

Horário: 15:00 – 17:00

Local/ferramenta: Videoconferência Plataforma Microsoft Teams

1. PAUTA

Nº	Descrição
1	Aprovação dos Resultados-Chave pendentes do Plano de Ação 2024-2026;
2	Aprovação do Novo Plano de Ação da Rede Equidade 2026-2028;
3	Informes gerais.

2. PARTICIPANTES

Nº	Instituição	Nome
1	Coordenadoria – Geral Senado Federal	Maria Terezinha Nunes Lui Teixeira Oliveira Edie Paulo Assis P. Alves Gabriela Rodrigues de Moraes Amanda Ventura Martins
2	Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS	Florinda dos Reis Leal
3	Associação Brasileira das Escolas do legislativo e de Contas – ABEL	Marcelo Simões Damasceno
4	Câmara Municipal de Carvalhópolis - MG	Sandro Silva dos Santos
5	Comissão de Valores Mobiliários – CVM	Erika Fernanda Simão Lyra
6	Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI	Danielle Carvalho Assunção
7	Controladoria-Geral da União - CGU	Keyla Andrea Santiago Oliveira
8	Empresa Brasil de Comunicação – EBC	Abiner Augusto Mendes
9	Escola Nacional de Administração Pública – ENAP	Katia Regina Souza
10	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR	Ana Patrícia Guimarães Coelho Simone Leite Martins

11	Ministério da Defesa – MD	Alana Alves de Carvalho
12	Ministério do Esporte - MESP	Ana Carolina Sadeck
13	Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM	Washington Santos
14	Superior Tribunal de Justiça – STJ	Tatiana Aparecida Estanislau de Souza
15	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB	Sandra Aparecida de Souza Pereira
16	Tribunal de Contas da União – TCU	Daniela Duarte do Nascimento
17	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP	Leandro Luís dos Santos Dall Olio
18	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF	Clara Coelho Barradas dos Santos Andreia Oliveira de Siqueira
19	Tribunal Superior Eleitoral – TSE	Samara Carvalho Santos
Ausências Justificadas: Ministério de Minas e Energia – MME; Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG		

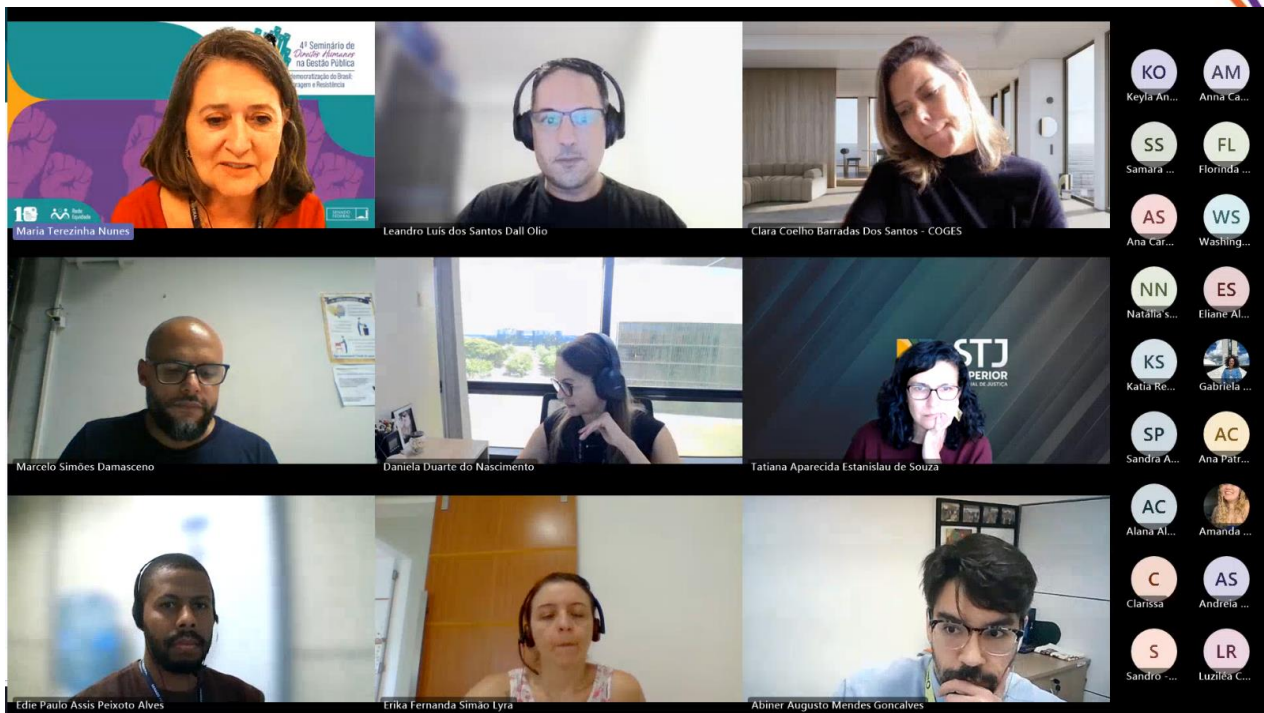
2. ASSUNTOS TRATADOS

No dia 26 de março de 2026, às 15h, teve início a quarta reunião virtual do Comitê Coordenador da Rede Equidade, contando com as presenças acima nominadas. A coordenadora da Rede Equidade, Maria Terezinha Nunes, após cumprimentar a todas e todos, solicitou a apresentação das/os novos integrantes da Rede; na sequência, acrescentou mais um item na pauta da reunião: aprovação das adesões da Câmara Municipal de Poços de Caldas e do Ministério Público do Estado do Amazonas. A coordenação destacou que as manifestações de interesse na adesão foram muito bem recebidas, pois o novo plano de ação prevê busca ativa para ampliação de todas as participações, com ênfase das regiões norte e nordeste; ao final das discussões, as adesões foram aprovadas. A coordenadora pediu licença para iniciar pelo item 2 da pauta que trata da aprovação pela plenária dos resultados da oficina de elaboração do novo plano de ação, sugerindo um evento de lançamento, a ser oportunamente organizado. **Item 02. Aprovação do Novo Plano de Ação da Rede Equidade 2026-2028.** Gabriela Rodrigues, da coordenação do Senado Federal, compartilhou o documento com a estruturação do plano de ação e iniciou a apresentação destacando, inicialmente, que o processo de elaboração foi conjunto, de forma colaborativa ao longo de uma série de seis oficinas, utilizando a metodologia OKR. Passou-se, então, à leitura das dimensões, objetivos estratégicos, resultados-chave e respectivos indicadores. Leandro perguntou sobre o funcionamento do mapeamento das iniciativas, o qual foi prontamente respondido com informações gerais acerca das práticas de mapeamento e monitoramento até então desenvolvidas pela Rede; seguiu-se à leitura de cada resultado-chave, indicadores e GTs responsáveis pela execução, oportunizando melhor compreensão do que foi construído nas oficinas; os itens 1.1, 1.2 e 2.1 foram aprovados, sem alteração; quanto ao item 2.2, sanando dúvida do representante Abiner, Gabriela explicou que a previsão das capacitações segue o sentido mais amplo, tais como seminários, palestras, oficinas, cursos, etc.; o item 2.3 gerou debates acerca do percentual incluído para incentivo da aplicação do Modelo IDE nas instituições partícipes, se seria cumulativo ou não com os resultados obtidos no plano anterior, após

manifestações de Andreia, Terezinha, Clara, Abiner, Sandra decidiu-se pelo prosseguimento da leitura dos resultados-chave, retornando no final para elaboração de novo texto; o item 2.5 foi aprovado sem discussão; quanto ao item 2.6, foi sugerida, pela Andreia, a alteração da palavra “modelo”, evitando confusão com o disposto no item anterior que trata do Modelo IDE; após substituição, foi aprovado; após manifestação de objeção de Daniela sobre os itens “nova proposta” e o item 2.5, alertando para o tamanho do plano, Terezinha e Daniele (Conaci) defenderam a nova proposta de criação de matriz de competência para análise e adesão de especialistas, trazendo ao conhecimento de todos que se trata de demanda recorrente e pendente de parametrização, algo que terá que ser desenvolvido nos próximos dois anos e melhor que integre o plano, pela relevância da ação; Clara e Andreia defenderam a manutenção do item 2.5, considerando que se trata de um desdobramento do trabalho anterior; após as manifestações, Daniela retirou a objeção e as propostas foram aprovadas. O item 2.8 foi aprovado sem ressalvas; quanto ao item 3.1 foi aprovado, após esclarecimento à Andreia de que o acréscimo no quantitativo de instituições, refere-se às regiões citadas no plano; o item 3.2 gerou amplo debate, em vista do percentual de 80% estabelecido para cumprimento da ação, ou seja, em 80% dos eventos promovidos pela Rede, deverá ser observada a diversidade dos/as painelistas; Leandro questionou o percentual, entendendo que deveria ser 100% dos eventos, Gabriela, Edie, Clara, Marcelo e Keyla trouxeram a experiência dos planos anteriores, o histórico de cumprimento, a preocupação quanto à exequibilidade, Gabriela acentuou que o percentual de pessoas negras na composição dos painelistas aumentou de 25 para 30% e que essa ação constou do plano anterior e foi cumprida; Terezinha observou que se o evento for promovido pela Rede, a composição diversa de painelistas (mulheres e pessoas negras) deverá ser observada pelo GT, responsável pelo cumprimento da ação, ponderou também a necessidade de definição do termo “evento”, se em sentido amplo ou restrito, pois o termo “evento com diversidade na composição dos painelistas” será a medida de cumprimento do resultado-chave; esclareceu, ainda, que o plano de ação possui variação de formatos de eventos/ações, a exemplo das ações de integração e outras de compartilhamento de boas práticas, as quais a Rede teria dificuldade de cumprir, uma vez que conta com representação predominantemente branca, trouxe que a mudança do perfil é uma preocupação da Coordenação e Plenária da Rede e que vem trabalhando nisso, em decorrência das sugestões do GT-4, no plano de ação anterior; Leandro sugeriu a emenda de redação (Garantir a diversidade da composição dos painelistas em pelo menos 80% dos eventos....) a qual foi acolhida e aprovada por todas e todos. Passando para o item 3.3, Gabriela esclareceu que esse Resultado-chave dialoga com ações anteriores da Rede, quando participou da Conferência Nacional de Política para as Mulheres na temática da Paridade, Andreia sugeriu substituição do termo “diagnóstico” por outro, entendendo que não cabe a Rede realizar esse trabalho, Terezinha pontuou que a discussão sobre a assimetria de gênero e raça nos cargos públicos, especialmente aqueles vinculados a STEM, vem ocorrendo na Plenária desde maio de 2025 e que a ideia é conhecer a realidade de alguns órgãos e, com a análise, pensar ações em outro momento, Clara manifestou favoravelmente, Leandro questionou se esse resultado (3.3) não estaria em duplicidade com os resultados 2.5 e 2.7, e, nesse sentido, foi esclarecido que o estudo se refere ao Modelo IDE e também não repete o item 2.7, pois esse busca fazer pesquisa sobre a estrutura das ações de Equidade, nas instituições partícipes; Gabriela ressaltou que, a partir do levantamento de dados públicos das instituições, o próprio GT elaboraria análise sobre a composição observada; finalizada a discussão foi aprovada a alteração do texto para: “elaborar relatório de paridade...”; os itens 3.4, 3.5 e 4.1 foram aprovados, sem ressalvas; o item 4.2 recebeu manifestações de Andreia e Clara e foi proposta nova redação, alterando o texto de “10 instituições” para “10 ações de IDE”, a qual foi aprovada por todas/os; os itens 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 5.1 foram aprovados sem ressalvas; já o item 5.2 teve a redação alterada visando ampliar o escopo da ação, a ideia é trazer as diversas vertentes que dialogam com o tema IDE, a exemplo do tema do cuidado, entre outros; e, por fim, o item 5.3 foi aprovado, sem ressalvas. Keyla questionou sobre quem seriam as pessoas a elaborar o e-book, se

estariam vinculadas às painelistas e mediação, Gabriela respondeu que o GT vai definir sobre a melhor forma de realização da ação. Retornando ao item 2.4, quanto a proposta de nova redação, a plenária, por maioria, aprovou a proposta de Sandra, a qual ficou assim definida: “Incentivar a ampliação do Modelo IDE em 30% das instituições partícipes que ainda não aplicaram, considerando a composição na data de publicação do Plano”. Dando sequência à reunião, Gabriela passou a palavra à coordenadora Maria Terezinha para dar continuidade às demais pautas. A coordenadora iniciou sua fala agradecendo a Gabriela pela condução dos trabalhos e pela colaboração de todas e todos nas oficinas, destacando que esse esforço coletivo transformou o novo Plano de Ação em um material robusto e significativo para a Rede. Informou ainda que o novo Plano de Ação seguirá agora para diagramação e impressão, e que a distribuição das ações nos novos grupos de trabalho será realizada no mês de abril.

Item 01. Aprovação dos Resultados-Chave pendentes do Plano de Ação 2024–2026. Visando ao cumprimento do Plano de Ação 2024-2026, a coordenadora apresentou à plenária o quadro de desempenho das metas, esclarecendo que ainda faltam as aprovações dos dois resultados-chave: relatório contendo a análise de entrevistas de instituições que aplicaram o Modelo IDE e o documento contendo “sistemática de monitoramento”. Esclareceu que o relatório foi enviado por e-mail, mas o documento contendo a sistemática não foi possível o envio a tempo de leitura, razão pela qual a coordenação procedeu a leitura, antes da aprovação. Finalizada a leitura, foi aberto espaço para as discussões; Clara Barradas destacou a dificuldade no desenvolvimento da sistemática, ressaltando que o grupo conseguiu reunir uma base de 194 normativos, o que torna o trabalho manual bastante desafiador diante das múltiplas atribuições existentes, sugeriu também que no futuro o processo conte com maior apoio tecnológico e sugeriu a realização de um encontro para apresentação mais detalhada à plenária em data a ser oportunamente marcada, Gabriela agradeceu o esforço das componentes do GT que elaboraram o documento, considerando-o uma metodologia muito ampla, mas que a previsão de uma consolidação metodológica no próprio documento, a ser realizada no decorrer do próximo ciclo, ameniza o desafio de colocar a proposta em prática. Após, os resultados-chave pendentes foram aprovados pela plenária. Em seguida, tratou-se do Resultado-chave 2.1, que trata da disponibilização, no repositório da Rede, de 100% das iniciativas relativas ao IDE, periodicamente mapeadas e aprovadas. Nesse ponto, Maria Terezinha ressaltou que essa atividade já vem sendo realizada de forma contínua, destacando que tudo o que é enviado à Rede, como eventos e práticas, é disponibilizado no portal, sendo a maior parte armazenada no repositório do Teams, de acesso aos representantes. Da mesma forma, quanto ao Resultado-chave 2.2, informou-se que haverá a disponibilização de 100% dos relatórios de resultados também no repositório do Teams. Ambos os pontos foram considerados concluídos. Por fim, foi analisado o Resultado-chave 3.4, referente à elaboração de um glossário, que foi previamente enviado e bem recebido pelas pessoas participantes. Leandro apresentou sugestões específicas relacionadas a alguns termos do glossário, e, em relação ao assédio, pontuou a definição do CNJ sugerindo sua inclusão no glossário; Gabriela trouxe a importância de aprovação da formatação final e informou que o TCU ficou responsável pela editoração final do glossário. Ao final das discussões, o glossário foi aprovado pela Plenária. Após agradecimentos à participação de todas/os e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h00min. Ata redigida por Rebeca Maria de Araujo Viana e Maria Terezinha; após, foi revisada por Maria Terezinha Nunes, do Senado Federal e enviada por e-mail para validação eletrônica das/os presentes.



41 Seminário de Gestão Pública do Conselho Superior do Poder Judiciário

Maria Terezinha Nunes

Leandro Luis dos Santos Dall'Olio

Clara Coelho Barradas Dos Santos - COGES

Marcelo Simões Damasceno

Daniela Duarte do Nascimento

Tatiana Aparecida Estanislau de Souza

Edie Paulo Assis Peixoto Alves

Erika Fernanda Simão Lyra

Abiner Augusto Mendes Gonçalves

Participants list (right):

- KO Keyla An...
- AM Anna Ca...
- SS Samara ...
- FL Flórida ...
- AS Ana Car...
- WS Washing...
- NN Natalia S...
- ES Eliane Al...
- KS Katia Re...
- GABRIELA ...
- SP Sandra A...
- AC Ana Patr...
- AC Alana Al...
- Amanda ...
- C Clarissa
- AS Andreia ...
- S Sandro ...
- LR Luzileia C...